

Sarney

As oportunidades do presidente

Quando o então vice-presidente da República, José Sarney, no exercício da Presidência, reuniu o Ministério de dr. Tancredo Neves e leu a mensagem do presidente eleito — “É proibido gastar!” —, os que estavam sentados à mesa acolheram a advertência com um meneio de cabeça e um sorriso cético por considerar que, estando o presidente enfermo e devendo o vice-presidente deixar sua interinidade em breve, não seria necessário levá-la a sério. Depois, na mesma situação funcional, o sr. José Sarney nomeou comissões para lhe dar conta de como andava a administração e do que se poderia fazer para dinamizá-la, pois havia sérios indícios de que na velha República a máquina administrativa estava travada, sem condições de fazer coisa alguma. Os indícios correspondiam à realidade. Contudo, nem assim os ministros responderam ao pedido do vice-presidente.

Depois, o presidente eleito faleceu. O presidente José Sarney manteve o Ministério que antes havia desautorado a função presidencial. Sem atentar para esse pormenor, solicitou providências em cima de providências. Alguns ministros responderam, outros não. Houve até um deles que faltou à audiência, pois nada tinha a discutir com o chefe de Estado. No terreno das estatais, a Seplan pediu, implorou, ameaçou: ninguém respondeu a seus questionários. Agora se quer saber quantos funcionários existem no País e no Exterior — encaminha-se pedido nesse sentido e a resposta é a mesma: o silêncio das múmias. Lança-se, então, a ameaça: o governo não autorizará mais aumentos de salários nas estatais cujas diretorias não responderem aos pedidos dos ministros. Como a desmoralização é geral, as estatais não se impressionarão com o ranger de dentes: concederão os aumentos de salários que quiserem sob a forma de empréstimos a longo prazo aos funcionários, sem juros nem correção monetária, a serem descontados quando os beneficiários desejarem.

O presidente José Sarney, desejando impor austeridade na administração, anuncia que a partir de fevereiro irá punir com máximo rigor todos os atos de desrespeito à autoridade, ou corrupção administrativa sob suas várias formas. Em fevereiro! Porque até lá, seguramente, governará com o Ministério de dr. Tancredo, que é intocável. A seu talante, os ministros dizem que saem, ou não saem, conforme seu desejo de ser ou não candidatos a qualquer coisa; ao mesmo tempo, informam os jornais que pessoa do círculo íntimo do presidente declara que os que vão sair serão bem poucos. Mas somente em fevereiro. Continuarão, pois, os que desobedeceram, afrontaram, a brincar de administrar o Brasil, enquanto o sr. José Sarney desempenha as funções de chefe de Estado, mas sem ninguém a cuidar dos assuntos do governo?

Esse é o país em que vivemos, nesta fase difícil de transição, que parece conduzir à lenta desmoralização da democracia nascente. Em certos círculos renitentes à

democratização, não se diz que a situação vai mal; ironiza-se, falando que *ela vai democrática...* Que faz o chefe do governo para corrigir essa anomalia, impor a autoridade do Estado, observar o cumprimento da lei? Espera que chegue fevereiro. Tão esperado como Godot, o da célebre peça de Beckett. Depois que se demonstrou que o País pode ficar sem combustível em 24 horas, e que meia dúzia de caminhoneiros têm condições de isolar o Sul e sitiar o Rio de Janeiro, os ministros dizem que não serão mais permitidas ações desse tipo. No Brasil, é assim: fecha-se a porta depois de arrombada.

Ao lado disso tudo, oficialmente, os que têm responsabilidade de governo não dão muita importância à inflação. Para quê? Houve crescimento econômico, consumiu-se, todos estão felizes. Só que ninguém foi perguntar aos industriais com que taxa de inflação estão trabalhando este ano em seus orçamentos. Uns a estimam em 260, outros em 300%, outros em muito mais. Agora, se se lhes perguntar que programação estão fazendo, franzirão a testa e dirão: “Se a inflação for menor, a receita orçada diminui; se for maior, a despesa aumenta. Como planejar neste clima?”

A vida econômica vai sendo empurrada com a barriga e as autoridades econômicas sonham que tudo entrou nos eixos. Para elas, os investimentos estão crescendo: só que se esquecem de atravessar a avenida, em Brasília, e ir saber que coisas a SEI está elucubrando para impedir que os estrangeiros instalem indústrias da terceira onda no Brasil, frustrando os investimentos que projetaram fazer. Quem se atreveria, neste governo democrático da Novíssima República, a discutir com os coronéis da SEI, que vieram da Comunidade de Informações da velha República e têm decididos apoios em setores fundamentais (politicamente falando) da indústria que conseguiu a reserva de mercado e o paraíso fiscal?

Enquanto todos vivem do orgulho nacional sempre afagado com as rugas com o FMI e com os triunfos perante os banqueiros internacionais (que se satisfazem com os gordos *spreads* que cobram desse governo nacionalista, empenhado em enriquecer bancos estrangeiros), a agitação ganha as ruas com data marcada. Primeiro, foi a vez de Luis Ignácio Lula da Silva dizer que, se o PT ganhar as eleições paulistas de 1986 e não levar, o direito de resistência armada será invocado. Agora, é Meneguelli, da CUT, que vai dar prazo a Sarney para aceitar o programa mínimo da organização, sob pena de, a partir de maio, assistir-se no Brasil a uma estação inesquecível de greves — além de haver batido continência a seu chefe máximo e endossado suas idéias sobre a resistência armada se não deixarem o PT assumir o poder pelo voto.

Sem dúvida alguma, Lula, Meneguelli, caminhoneiros, todos estão imbuídos daquele espírito *stalinista* a que nos referíamos sexta-feira última: entrar em greve pri-

meiro e discutir depois para convencer o outro, a vítima, a concordar com as condições do agressor. Esse é fato indiscutível; há, porém — abrindo as portas para que esse estado de espírito, alucinado, tome conta das relações entre grupos sociais —, o demônio da inflação, que ninguém deseja exorcizar, pois todos parecem dar-se muito bem com ele. Ora, como será possível conseguir que amplas camadas da população se disponham aos sacrifícios que se impõem nesta quadra difícil se o Executivo não dá mostras de ensaiar qualquer política que possa ferir a imagem que seus dirigentes e assessores fazem de si próprios? Atacar fundo o problema das estatais, nem pensar. Em Brasília, todos parecem estar convencidos da verdade da primeira parte da frase dita pelo sr. Luís Rosenberg, que acaba de deixar a assessoria econômica da Presidência: se o governo combater demais o déficit público, gera recessão. Ninguém, entre os que têm o poder de decisão em Brasília, deseja atentar para a verdade contida na segunda parte: “Se combater de menos, gera inflação”. Iríamos mais longe: não gera inflação; projeta-a para patamares de altura inimaginável.

Pode-se dizer que, hoje em dia, boa parte dos fatores psicológicos que sempre estão por detrás da alta de preços decorre da falta de confiança do público em geral, e em especial dos investidores (empresários ou apenas capitalistas), nas políticas do governo. O Executivo começa a perder sua credibilidade porque demonstra fraqueza de ânimo, incompatível com a situação. Esse estado de coisas apenas será revertido se o presidente, primeiro, determinar que cessem todos os rumores, difundidos por pessoas supostamente autorizadas, a respeito da reforma ministerial; segundo, que diga aos ministros que falem o mínimo possível sobre isso, para não perturbar o ambiente ainda mais; terceiro, que solicite aos partidos que dizem apoiá-lo que lhe dêem liberdade para agir e não procurem, mais uma vez, repartir a administração pública como se fosse carga abandonada na estrada e saqueada por famintos; e, quarto, que escolha, agora e já, sem esperar fevereiro, um Ministério de homens firmes e não frouxos, preocupados com o Brasil e não com sua futura eleição, com a edificação do País e não com a opinião de meia dúzia de basbaques que possam influenciar meios de comunicação ou o *partido da copa* ou os *marimbondos*. Sobretudo, a situação só se reverte se o combate à inflação por feito a sério.

O presidente Sarney jamais poderá queixar-se de não haver tido a oportunidade de converter-se no grande presidente da transição. A primeira, ele a desperdiçou mantendo os ministros escolhidos por Tancredo Neves, alguns dos quais o tratam como se fosse mero interino. A segunda, a que se lhe apresenta agora, não poderá desperdiçar, tolhido por uma visão frouxa da autoridade.